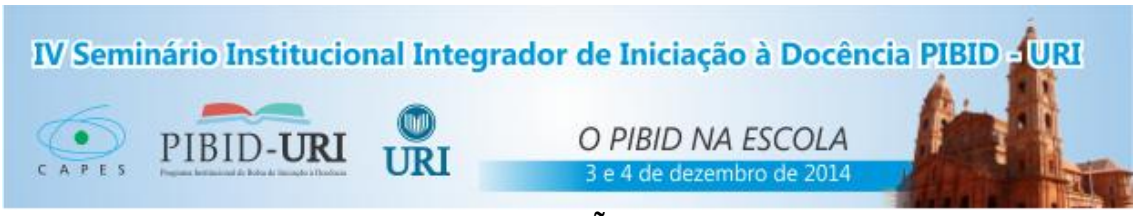

HOMOSSEXUALIDADE E INCLUSÃO: A ESCOLA COMO UM MEIO DE REFLEXO E REFLEXÃO DA SOCIEDADE.

Gabriel Felipe da Silva (gf-gabriel@hotmail.com)[1].

Maria Aparecida Brum Trindade (cidabrumt@yahoo.com.br)[2].

INTRODUÇÃO

Observam-se inúmeras mudanças sociais e individuais na contemporaneidade. Os valores, ideias, padrões e as arraigadas construções socioculturais estão em constante transformação. Trazendo a esse cenário a diversidade e as múltiplas diferenças culturalmente mascaradas e/ou marginalizadas por entre os tempos. As quais tencionam a normalidade imposta pela sociedade e adentram os espaços escolares, exigindo novos saberes docentes.

Esse cenário se configura a partir do continuo processo de democratização que o corpo social vem conquistando. Dentre esses, é oportuno mencionar os direitos legais adquiridos pelas minorias, as quais através da mobilização reivindicam o direito à liberdade e a equidade entre todos. Nesse discurso, o "todo" inclui qualquer pessoa humana de qualquer natureza ou condição. Como por exemplo: os sujeitos oriundos das classes baixas, afrodescendentes, indivíduos que apresentam necessidades especiais, indígenas, estrangeiros, homossexuais, transexuais, mulheres, crianças, idosos entre outras categorias. Por compreender a relevância e as dificuldades que o espaço escolar tem de discutir e compreender a homossexualidade, traz-se essa reflexão com o intuito de tencionar o discurso, superar a intolerância e os preconceitos para com essa diversidade.

DESENVOLVIMENTO

É pertinente iniciar essa reflexão enfatizando que o direito a igualdade é vital quando a diferença inferioriza os sujeitos, do contrário, é preciso clamar pela diferença se essa os descaracteriza, (SANTOS, 2003). Percebe-se que há igualdade de direitos que garantem a diferença de ser e existir livre de descaracterização, no entanto esse direito precisa ser reivindicado constantemente, posto que a sociedade é constituída a partir de padrões e normas preconceituosas, os quais se encontram amarrados a uma subjetiva "normalidade".

Nessa perspectiva a Declaração Universal dos Direitos Humanos (2014, artigo 1°), assevera que "todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos [...]". O qual concede garantias legais a todos os cidadãos indistintamente, no entanto, a intolerância e o desrespeito de uns sobre os outros violam tal normativa em detrimento das minorias sociais. Atribui-se a isso a não vivência na constituição dos valores, mas sim, a herança dos mesmos, o que possibilita a reprodução de preconceito, com nível ético distante da realidade. Assim, o respeito para com o diferente de mim não se dá de modo natural, ele faz parte de um processo e como tal precisa ser ensinado e vivenciado desde a mais tenra idade. Ou seja, o preconceito como parte de um processo social é constituído, e como tal precisa de reconhecimento para que sejam efetivadas as mudanças nos aspectos que entravam o progresso moral e espiritual do homem moderno (MARTINHO, 2014).

---

[1] Acadêmico do curso de Pedagogia – URI Campus Santo Ângelo. Bolsista do PIBID – CAPES.

[2] Docente dos Cursos de Graduação – URI campus Santo Ângelo. Especialista em Docência, Tradução e interpretação de Libras.

Nesse sentido, vivências e práticas desenvolvidas em escola possibilitaram perceber o quanto esse espaço socioeducativo é tomado de preconceitos e discriminações. As mesmas atravessam os muros escolares e permeiam o pensar e o agir dos escolares sutilmente. O que exige ações orientadas e que façam jus ao caráter democrático e dialógico que a escola diz acolher. Na tentativa de articular o encontro respeitoso e reciproco entre as diferenças, onde o "eu" troca saberes, diverge, opõe-se, mas com dignidade reconhece a diferença que os constitui e os torna únicos. Atribuindo a escola, papel determinante na constituição, transformação e superação da cultura de intolerância e exclusão. Chamando ao discurso, FREIRE (1996, p.112), o qual argumenta que "[...] se a educação não pode tudo, alguma coisa fundamental a educação pode. Se a educação não é a chave das transformações sociais, não é também simplesmente reprodutora da ideologia dominante"

Diante do exposto, é possível afirmar que a escola reflete e reproduz as problematizações da sociedade, sejam essas preconceituosas ou não. O que exige dos mediadores pedagógicos, ações que visem superem a intolerância que permeia as salas de aula, corredores, e o pátio da instituição. Possibilitando afirmar que a escola é um dos espaços educativos mais favoráveis e genuínos as mudanças paradigmáticas que se desejam em prol do não preconceito, intolerância, exclusão e segregação relacionados à homossexualidade. Entre tanto, SCOLARI (2012, p.164), ressalta que

> "O que para muitos é um assunto totalmente esclarecido, para outros ainda é motivo de violência, intolerância e morte. Essa é a nossa sociedade, uns que sabem conviver com as diferenças, outros que nem se quer as respeitam".

É interessante destacar que nos discursos proferidos pelos educadores durante as aulas, há referência a diversos grupos de excluídos em/ou marginalizados, como exemplo as inúmeras minorias étnicas, é abordado as relações de gênero, fala-se nos sujeitos que apresentam deficiência, no entanto a categoria dos homossexuais e transexuais se mantém distante da pauta escolar. O que leva a crer que esse espaço, invisibiliza as pessoas de condição/natureza homossexual, em meio ao todo, talvez pela categoria escolar não perceber relevância ou merecimento desse estudo, remetendo-os à margem do processo, na clara tentativa de descaracterizá-los e estereotipá-los em meio à "normalidade".

Há um fechar de olhos duplamente excludente, pois não existe espaço para esses seres humanos nem nos direitos e muito menos nos debates escolares. Envolvendo como afirma SCOLARI (2012, p.163 e 164) "[...] vários tabus e paradigmas impostos por algumas pessoas em determinadas épocas e culturas [...]". Mesmo assim, apesar desse grupo ser excluído do espaço escolar de reflexão, ele está presente como reflexo da sociedade, pois conforme afirmado acima, tudo que compõe e constitui a sociedade reproduz-se dentro da escola. Mesmo que não se discuta a homossexualidade na sala de aula, ela encontra-se presente nesta, na identificação sexual de muitos docentes e discentes. Os quais envoltos pelo temor da diferença negativa são impulsionados a velar a identidade homossexual, pela coexistência com sujeitos intolerantes que interpretam essa diferença como indigna de respeito e merecedora de violência e bullying.

A maioria dos homossexuais ao ser violentado se vê desprotegido e abandonado, pois geralmente a direção da escola, professores ou mesmo os pais desconhecem e negam essa diferença. Nesse contexto, SCOLARI (2012, p.165) afirma que os professores devem estar atentos, "[...] a atitudes discriminatórias em sala de aula, reflexivos em sua práxis, entender

um pouco de tudo, para assim formar cidadãos completos, que respeitem e entendam as diversidades e exijam dos seus estados políticas para uma melhor qualidade de vida [...]".

A partir dessas reflexões, percebe-se que há educadores que conseguem superar seus próprios preconceitos, no entanto, se vêem incapacitados, pelo olhar do outro ou pela falta de formação especifica, de incluir na pauta de suas aulas reflexões acerca dos direitos das pessoas homossexuais. Ou quando conseguem, essa se dá de modo muito pálido e superficial, incorrendo em erros, tais como confundir homossexualidade com transexualidade ou colocando essa categoria em meio a diferença negativa. Não há como negar o despreparo dos professores, bem como do sistema educacional, que não demonstra interesse em trazer ao debate escolar esse assunto, o que acaba restringindo-o a falas quase demagógicas. Contexto agravado por uma ínfima produção científica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meio às adversidades que atravessam o ser e o existir dos sujeitos de condição/natureza homossexual, acredita-se que a escola pode e deve construir novas formas de aprendizagem e convivência humana, as quais coloquem em pauta a reflexão acerca de valores, crenças, preconceitos e discriminações para com essa categoria.

Ao concluir sem finalizar o discurso, retoma-se a importante busca de superação das diferentes formas de preconceito, reafirmando o dever ético e social dos educadores de incluir na pauta escolar a temática da exclusão dos homossexuais, pois os educadores constituem-se como agentes de reflexão e transformação social. Para tanto, é preciso nos despir dos preconceitos e reconhecer as limitações e as deficiências que impedem a acolhida do diferente, ou seja, é preciso a cada novo desafio tentar superar-se, tentar ser mais humano e digno em prol de uma educação que respeite a todos e a cada um independente das diferenças ou condições que os envolvem, mas que felizmente não os definem.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MARTINHO, Sileno. **A cultura do preconceito**. (S.I., 2014?) Disponível em: http://www.quotidiano.com.br/impressaoartigo-117/a-cultura-do-preconceito. Acesso em 05 de setembro de 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, França, em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: http://www.onubrasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php . Acesso em 05 de setembro de 2014.

SCOLARI, Adriel. **Homoafetividade X escola e sociedade:** O despreparo frente às diversidades sexuais. In: OLIVEIRA, Cínthia Roso; PICHLER, Nadir Antonio; CANABARRO, Ronaldo (Org.). **Filosofia e homoafetividade**. Passo Fundo: Méritos, 2012. P. 161 a 174.

SANTOS; Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar:** os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilizaçao Brasileira, 2003.